

XII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM
PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

21 a 25 de maio de 2007

Belém - Pará - Brasil

OS (DES) CAMINHOS DA ECONOMIA FLUMINENSE: INFLEXÃO ECONÔMICA POSITIVA
GRAÇAS ÀS

WILLIAM SOUZA PASSOS (CEFET CAMPOS)

JAYME FREITAS BARRAL NETO (CEFET CAMPOS)

ROMEU E SILVA NETO (CEFET CAMPOS)

Os (Des) Caminhos da Economia Fluminense: Inflexão Econômica Positiva Graças às “Forças do Atraso”.

Resumo

Este trabalho procura demonstrar que alguns indicadores sobre a economia fluminense apontam para uma trajetória de inflexão positiva a partir de meados dos anos 1990, que interromperia a histórica crise econômica vivida pelo Estado do Rio de Janeiro desde o século XIX. Esta inflexão econômica deveu-se em parte ao interior do Estado, sobretudo ao forte peso das atividades de produção e extração de petróleo da Bacia de Campos. Assim, conclui-se que foi o processo de interiorização um dos principais responsáveis pela recuperação econômica do Estado do Rio em meados dos anos 1990. Dessa forma, entende-se inconsistente a retórica das elites cariocas que reclamam prejuízos para a economia do município do Rio de Janeiro com a fusão com o antigo Estado do Rio de Janeiro, ocorrida em 1975. Segundo estas elites, os prejuízos da fusão deveriam ser compensados pelo governo federal com a “desfusão”. Elas afirmam que parte da crise econômica vivenciada pelo município do Rio de Janeiro atualmente se deve a fusão. Este artigo procura demonstrar que tal discurso é carregado de inveracidade e preconceito, uma vez que é justamente o antigo Estado do Rio de Janeiro que está conduzindo também o município-sede a superação de sua secular crise econômica.

1 – Introdução

A partir de meados dos anos 1990, a economia fluminense começou a dar sinais de uma certa inflexão econômica positiva. Esta inflexão econômica se deu, sobretudo, pela intensificação das atividades de exploração e produção de petróleo na Bacia de Campos, pela quebra do monopólio da Petrobras a partir de 1999, pelo extraordinário aumento das receitas de alguns municípios costeiros do Rio de Janeiro, em virtude da vigência da Lei do Petróleo (Lei nº 9.478/97), e pelo aumento dos investimentos privados no Estado, promovidos pelo setor de telecomunicações e pelas privatizações dos serviços públicos e urbanos. Tal inflexão, ainda que tímida, apresenta-se como depositária das possibilidades de reversão de uma crise cíclica iniciada ainda no século XIX.

Desde que o complexo cafeeiro fora transferido para o Oeste Paulista, em 1870, São Paulo passou a ocupar o posto de centro dinâmico da economia do país, até então ocupado pelo que vem a ser hoje o Estado do Rio de Janeiro. Este período inaugurou uma longa crise cíclica cujo ápice se deu entre 1982 e 1994. A partir de 1996, no entanto, alguns indicadores parecem demonstrar uma certa reversão deste quadro.

A transferência da capital federal para Brasília em 1960 e a extinção do Estado da Guanabara e incorporação do município do Rio de Janeiro ao antigo Estado do Rio de Janeiro em 1975, contribuíram ainda mais para o declínio da economia fluminense, o que acabou engendrando também uma crise societária, traduzida no conflito entre as elites estaduais. Tal conflito levou parte destas elites, baseando-se numa avaliação extremamente incompetente da realidade do Estado do Rio de Janeiro, a defender a retórica da “desfusão”. Esta retórica assenta-se no argumento de que a atual crise vivenciada pelo município do Rio de Janeiro se deve em parte a fusão com o antigo Estado do Rio de Janeiro, uma cruz pesada demais para ser carregada. Por isso mesmo, o Rio-capital deveria estar desobrigado de sustentar as “forças do atraso”, o antigo Estado do Rio de Janeiro, que tanto têm se intrometido indevidamente na vida de uma Cidade Nacional.

Não obstante ao discurso eivado de preconceitos das elites, a crise do Rio de Janeiro só não é maior graças às “forças do atraso”. A interiorização econômica ocorrida no Estado nas últimas décadas tem permitido não apenas atenuar os efeitos da crise cíclica, mas também entrever uma possível superação do crítico quadro de estagnação econômica do Rio de Janeiro.

2 – Breve comentário sobre a crise do Estado do Rio de Janeiro

O período da história fluminense compreendido entre o início dos anos 1980 e a primeira metade dos anos 1990, de profunda crise econômica, social e institucional foi chamado por Dain (1990 *apud* NATAL, 2005) de período do “Rio de todas as crises”. Segundo Natal (2005), o Estado não apenas viveu sua pior crise econômica, como também vivenciou uma crise societária e de auto-estima de sua população, de maneira “longeva, profunda e complexa”.

Neste triste período, houve crescimento pífio da indústria fluminense, apenas 6,4%; queda da participação do Estado do Rio no PIB nacional, quase perdendo o “status” de segunda economia do país para Minas Gerais; drástica redução da renda *per capita*, cerca de 9,2% entre 1980 e 1992; aumento da informalidade; precarização das condições de trabalho e queda da renda (OLIVEIRA, 2003; NATAL, 2005; SILVA, 2004).

Várias foram às razões que levaram o Estado do Rio de Janeiro a esta intensa crise, porém uma das principais foi o esgotamento do modelo de desenvolvimento adotado pelo governo federal, intrinsecamente vinculado a forte presença estatal nos investimentos e no planejamento da economia. Outro fator que contribuiu para a crise foi à decadência do padrão de financiamento da economia brasileira, a partir de recursos externos captados nos bancos internacionais. Em vez de pegar empréstimos, o Brasil tinha agora que despende de quantias consideráveis para o pagamento da dívida externa, o que significava drásticos cortes nos investimentos e subsídios estatais, principalmente em relação à indústria. Logo, a nova meta do governo federal, para gerar receitas para a negociação da dívida, era aumentar os *superávits* comerciais do país a todo o custo, o que incluía, além da redução nos investimentos produtivos e gastos sociais (educação, saúde, etc.), a priorização do aumento das exportações agrícolas. Isto fez do Estado do Rio de Janeiro um dos mais impactados por este contexto de mudançasⁱ, tendo como efeito direto o agravamento de sua crise.

Todas estas alterações do quadro nacional atingiram de maneira tão intensa o Estado do Rio de Janeiro por causa de sua forte dependência da subvenção federal. Esta dependência, segundo apontam alguns autores (SANTOS, 2003; NATAL, 2005; OSÓRIO, 2006), deve-se ao fato de no passado o município do Rio de Janeiro ter sido a capital, tanto da Colônia, quanto do Império e da República, o que fez com que ele se comportasse como “filho de pai rico” (SANTOS, 2003), não se preocupando com as fontes de financiamento que sustentavam sua economia e que provinham do governo federal”ⁱⁱ. Com a diminuição de gastos públicos, imposta por um contexto de “reforma do Estado” e crise do padrão de financiamento da economia brasileira,

recursos que poderiam se transformar em investimentos no Estado passaram “às mãos” de credores internacionais. Um exemplo disto foi a diminuição do financiamento e dos investimentos (e futuros investimentos) do governo federal no setor naval, altamente dependente da subvenção federal, o que resultou na quebra quase completa da produção nos estaleiros (OLIVEIRA, 2003; SILVA, 2004). Enquanto em 1980 este setor fazia uso de 85% da sua capacidade instalada, em 1990 esta capacidade caiu para 38%.

Entre as muitas conseqüências da crise dos anos 1980 que afetaram a economia fluminense estão a defasagem e perda de competitividade da sua indústria. Esta drástica conseqüência, no entanto, não se arrefeceu no início da década seguinte, mas foi agravada pela abertura dos mercados nacional e regional e pela política cambial praticada pelo Plano Real, que expôs à competição selvagem importantes setores produtivos, como o naval, têxtil e siderúrgico. Estes setores da indústria fluminense acabaram “envelhecendo” tecnologicamente, proporcionando queda na sua demanda e atraso na sua estrutura produtiva.

Tal efeito foi intensificado pelo fato de que a demanda da indústria do Estado do Rio concentrava-se primordialmente no seu mercado interno (NATAL, 2005). Natal (2005) mostra que os cortes e diminuição do setor público (redução de salários e contenção de despesas) afetaram o dinamismo econômico e o poder de compra da população fluminense, na medida em que 25% do funcionalismo público federal e 25% dos aposentados e pensionistas federais residiam no Estado do Rio de Janeiro na época.

Além disso, o Estado do Rio já vinha sofrendo um impacto muito forte, política e economicamente, com outro golpe: a transferência da capital federal para Brasília em 1960. A presença da capital da República em seu território atraiu e justificou muitos investimentos federais, mantendo por muito tempo o nível da renda interna.

Nesse sentido, os territórios carioca e fluminense, tendo em vista derivarem seu dinamismo econômico centralmente da história de capitalidade da cidade do Rio de Janeiro, viriam a sofrer a partir dos anos 60 um processo de erosão de sua importância e dinamismo econômico-social. O entendimento dessa questão, no entanto, no núcleo central da região em exame, demora a transparecer socialmente, só ocorrendo nos anos 80, com a inversão do processo de crescimento da economia brasileira e a crise fiscal que se instaura, vivendo-se até o final da década de 70, com a doce ilusão de que a cidade do Rio de Janeiro teria assinado, nos dizeres de Carlos Lessa, um pacto eterno com a prosperidade (Osório, 2006, p. 4).

Com isto, Osório (2006) afirma que tal perda contribuiu para que se iniciasse um processo de *bifurcação*, ou seja, um esgotamento dos fatores produtivos (deseconomias de aglomeração) se sobrepondo às economias externas (externalidades positivas) geradas na região, transparecendo mais claramente a partir da década de 1980ⁱⁱⁱ com os problemas anteriormente relatados, que acabaram contribuindo para o aprofundamento da crise. A transferência também significou perda de força e importância política para o Estado do Rio de Janeiro em relação ao governo federal, agravada ainda mais por um histórico de “disputas” entre as duas instâncias governamentais, que começou desde então e se arrasta até hoje.

Contudo, Natal (2005) assegura que a crise do Estado do Rio de Janeiro, na verdade, começou muito antes da crise fiscal da década de 80 ou da transferência da capital para Brasília. Ela tem raízes no início do processo de desenvolvimento capitalista brasileiro, no final do século XIX.

A gênese do desenvolvimento capitalista brasileiro está intrinsecamente ligada à dinâmica da economia cafeeira paulista. De acordo com Natal (2005) foi a partir da estrutura econômica cafeeira que o processo de industrialização deu seus primeiros passos.

Nessa estrutura sócio-econômica, nucleada pela atividade cafeeira, teriam sido criadas as condições propícias para o nascimento da indústria, ainda que de início incipiente, e para a viabilização, no tempo, do desenvolvimento de um processo que se poderia com rigor denominar industrialização (...) as relações café-indústria teriam sido extremamente dinâmicas neste espaço e, assim sendo, singulares e determinantes da natureza de parcela significativa do desenvolvimento capitalista que se seguiu (Natal, 2005, p. 33).

Desta maneira, mesmo depois da crise cafeeira, a economia paulista passa a se tornar cada vez mais dinâmica, e passa comandar a economia nacional. Ou seja, ela passa a ditar o ritmo da economia nacional, criando com outros espaços uma relação de dependência direta ou indireta (inclui-se aqui o antigo Distrito Federal e a antiga Província do Rio de Janeiro). Silva (2004, p. 51), a este respeito, aponta:

(...) enquanto alguns dos mais importantes setores da indústria fluminense iam se tornando relativamente ultrapassados nas sucessivas etapas do progresso tecnológico, sua principal concorrente conseguira incrementar seus ganhos e possibilidades de expansão ao abarcar unidades pertencentes aos setores tecnologicamente mais di-

nômicos. Assim, São Paulo pôde criar vários complexos industriais articulados (metal-mecânica, automobilística, eletrônica), cujos efeitos de encadeamento “para frente” e “para trás” eram amplos, possibilitando que essa economia expandisse seu mercado para além de seus limites.

Neste sentido, Natal (2005) mostra que as outras economias regionais do Brasil, de alguma forma, passaram a especializar sua produção para atender seu mercado interno e/ou para aprofundar suas relações de complementaridade com a economia paulista.

O Estado Rio de Janeiro caminhou pelas duas hipóteses acima mencionadas. Dedicou boa parte da sua oferta para a demanda interna e ao mesmo tempo estabeleceu complementaridade das suas indústrias com as indústrias paulistas, seguindo um plano maior, o do governo federal no momento de consolidação da industrialização do país, o período 1930-80, conforme apontado por Silva (2004, p. 97) ao citar a conclusão que Miguel Ribeiro e Roberto de Almeida (1993) chegaram:

Ribeiro, M e Almeida, R (1993) apontam o interesse de organizar o espaço produtivo do sudeste, durante o Estado Novo, através da instalação de grandes estatais no Rio e em Minas, tornando essas economias complementares a paulista. Ao estado de Minas Gerais caberia o fornecimento da matéria-prima mineral, o Rio seria responsável pela transformação siderúrgica e química e a São Paulo, por fim, caberia a produção de ponta.

Dentro desta conformação, de subordinação e debilidade frente, a cada vez mais dinâmica, indústria paulista, a economia fluminense é ultrapassada pela paulista na década de 20, perdendo o posto de principal economia do país e, conseqüentemente, perdendo espaço também na economia nacional^{iv}. Não obstante, o território fluminense (sobretudo, o antigo Distrito Federal), continuava a apresentar crescimento econômico nas décadas seguintes (até fins dos anos 1970), porém em ritmo menor que a economia paulista e a nacional. Em Silva (2004, p. 39) verifica-se que a taxa de crescimento médio do PIB do Estado do Rio^v fôra, no período 1939-80, de cerca de 6%, contra 7,5 % de São Paulo e 7% do país (exclusive os Estados do Rio e de São Paulo).

Por isso, Silva (2004) mostra que neste período (1930-80), de forte industrialização do país, houve um “esvaziamento econômico relativo” no Estado do Rio, ou seja, caracterizou-se por perdas de participação deste estado no conjunto da economia nacional, devido ao maior

crescimento de outras regiões, principalmente São Paulo. Como exemplo, segundo o autor, neste período, a participação do Rio de Janeiro na indústria brasileira declinou de 27,9% para 9,7%; na renda da agropecuária de 6% para 2%; e nos serviços de 28% para 18%.

No entanto, tal crescimento apresentado pela economia fluminense fôra totalmente levado a cabo pelas iniciativas, projetos e investimentos do governo federal, principalmente enquanto se mantinha como sede da República. Foi a forte presença estatal, direta ou indiretamente, que lhe deu “fôlego” para passar por este período (1930-80) sem perdas reais na sua economia.

O desenvolvimento de uma intensa dependência em relação às iniciativas do governo federal e à dinâmica econômica nacional, por sua vez subordinada ao ritmo da economia paulista, torna a economia do Rio extremamente vulnerável, o que faz com que qualquer “turbulência” na economia nacional tenha efeito multiplicado na economia fluminense.

É exatamente este o “ponto de encaixe” com a tese defendida por Natal (2005). Segundo o autor, o processo de desenvolvimento da economia fluminense continha *fragilidades* (como demonstrado anteriormente pelas “perdas relativas” e pela extrema dependência de recursos federais), que acabaram sendo encobertas, ao longo dos anos, pelas suas *especificidades* (alocar a capital federal e ter forte presença do setor público em sua economia), fazendo com que a perda de ritmo e o esvaziamento econômico se dessem de maneira lenta. Ou seja, tais especificidades garantiam a economia fluminense uma espécie de “sobrevida” para uma crise intrínseca a sua estrutura.

Por isto, quando estas especificidades foram paulatinamente sendo diluídas, com a transferência da capital na década de 1960, a crise do padrão de financiamento da economia brasileira na década de 1980 e a posterior abertura selvagem da economia, que significaram reduções nos gastos do governo federal para com o Estado do Rio, todas as fragilidades estruturais vieram à tona de maneira dramática, cristalizando a já anunciada crise do Estado do Rio de Janeiro.

Assim, o “esvaziamento relativo”, já vivido pelo Estado do Rio desde os anos 1930, transformou-se em “esvaziamento econômico real” a partir dos anos 1980 (SILVA, 2004), dando início ao período do “Rio de todas as crises”.

Entretanto, a partir da segunda metade dos anos 1990, alguns indicadores parecem demonstrar uma certa inflexão econômica, que embora ainda tímida, diante das alterações estruturais por que vem passando a economia do Estado nas últimas décadas, pode-se entrever a real possibilidade de reversão da crise cíclica iniciada ainda em fins do século XIX. Tais alterações

do quadro econômico do Estado direcionam-se no sentido da interiorização, embora também tenha havido recuperação econômica na Região Metropolitana.

3 – A retórica da “desfusão”: cariocentrismo para explicar o Estado do Rio de Janeiro como inviabilidade histórica

A resistência a aceitação de uma identidade que não lhe pertence fez com que as elites cariocas articulassem um movimento, cuja intensidade varia desde sua origem, em prol da desfusão. Seu objetivo seria corrigir o erro histórico da fusão que só teria trazido prejuízos ao município do Rio de Janeiro, a começar pela perda de arrecadação, cujo montante teve de ser dividido com os demais municípios do antigo Estado do Rio de Janeiro, passando pela crise econômica do mesmo município, desproporcional em virtude das “perdas” trazidas com a fusão, e chegando até a assertiva da violência em transformar uma cidade nacional em mera capital de um Estado. Isto teria trazido ao povo carioca “uma neurose de identidade” (MATTA, 2005).

Todos os argumentos descritos acima, utilizados para justificar a retórica da desfusão, concebem a atual configuração do Estado do Rio de Janeiro como inviável historicamente. Na verdade, trata-se da visão de quem não concebe o Rio de Janeiro (Estado + município) como uma única totalidade histórica, mas o vê a partir duas sociedades ou formações históricas (uma o município e outra o Estado) completamente distintas. É partindo desta visão, a do dualismo estrutural, que as elites cariocas fundamentam a retórica da desfusão.

No entanto, a idéia da desfusão, na visão de Evangelista (2005), não é algo recente, mas “começou a ser defendida ao primeiro dia após a fusão. Ou seja, esta idéia já tem cerca de 30 anos!”. Talvez porque uma fração das elites cariocas constituía um foco oposicionista do governo federal, particularmente desde a segunda metade da década de 1960, e a decisão efetiva da fusão tenha partido do então presidente Ernesto Geisel.

Nos últimos 5 anos, contudo, houve uma maior intensificação da discussão em torno da desfusão, com maior importância dedicada pela imprensa carioca e até mesmo maior participação da população do município do Rio de Janeiro. Evangelista (2005) nos lembra que “em janeiro de 2003, junto a posse da então governadora Rosinha, tomou corpo o movimento Guanabara Já”, que “se agregou a um outro que surgiu em 2004, que foi o Autonomia Carioca”. Na interpretação do mesmo autor:

(...) a capilarização deste movimento decorre do estado de insegurança existente na cidade do Rio de Janeiro. Insegurança que apresenta duas facetas, a visível nas vias públicas da cidade, e a segunda perceptível na imagem que vem sendo vinculada pela mídia à cidade do Rio de Janeiro (a nível nacional e a nível internacional (sendo esta tributária da primeira)) , ou seja, a cidade não é mais capital do riso e da alegria, da praia e do samba, futebol e chope gelado, a cidade é a capital do medo.

O cariocentrismo das elites da cidade do Rio de Janeiro, que não concebem o próprio Estado como se estendendo para além da Baía de Guanabara, ignora a coexistência entre o município do Rio de Janeiro e o antigo Estado do Rio de Janeiro dentro de um mesmo processo histórico, em que o segundo foi prejudicado por causa do seu desenvolvimento dependente, desigual e combinado com o primeiro. Assim, a fusão entre ambos representaria não um erro histórico, mas uma questão de justiça e de acerto, na medida em que a partir deste fato se promoveria uma distribuição mais equitativa da riqueza dentro desta única totalidade histórica, o que de veras vem acontecendo a partir dos números que nos confirmam um processo de interiorização econômica do Estado em curso e que vem se consolidando cada vez mais.

Na verdade, a fusão contribuiu não apenas para a redução das desigualdades existentes entre a antiga Guanabara e o antigo Rio de Janeiro, mas também possibilitou um desenvolvimento que engendrou uma maior diversificação produtiva da totalidade histórica Rio de Janeiro, dando inclusive maior autonomia a capital do Estado frente a subvenção federal, da qual sua economia sempre foi fortemente dependente, como ainda permitiu, como clímax de todo este processo, uma inflexão econômica que parece estar mudando a história dos últimos 150 anos para os dois lados.

Portanto, é graças ao antigo Estado do Rio de Janeiro, cujas elites cariocas costumam chamar de “forças do atraso”, que o progresso econômico está chegando ao Rio de Janeiro, de forma mais sólida, justa e equilibrada do que aquela trazida pelo “pacto eterno com a prosperidade”, que, ironicamente, se mostrou efêmero.

4 – A punhalada no peito do discurso cariocêntrico: as “forças do atraso” como saída para a crise

A análise de alguns indicadores acerca da economia fluminense permite concluir uma certa inflexão econômica positiva e a conseqüente recuperação do PIB estadual a partir de meados dos anos 1990, como se pode ver no gráfico 1. Tal inflexão estaria sendo sustentada pelo au-

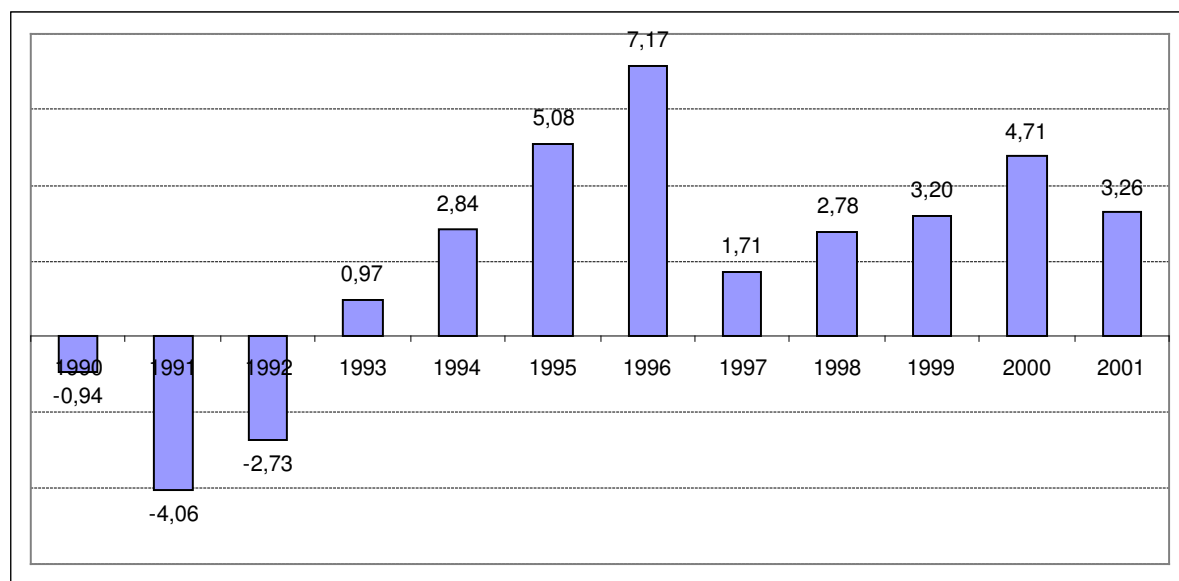
mento do dinamismo do interior, sobretudo pelas atividades de extração e produção de petróleo da Bacia de Campos. As indústrias extrativista e de transformação, aliás, foram as que mais cresceram nos últimos anos e hoje são as maiores componentes do PIB do Estado do Rio de Janeiro, conforme demonstra o quadro a seguir:

Quadro 1 – Composição do PIB por atividade no Estado do Rio de Janeiro 1996-2000 (em %)

ATIVIDADE	1996	1997	1998	1999	2000
Agropecuária	0,5	0,4	0,4	0,4	0,4
Ind. Extrativa e de Transformação	18,7	19,6	18,5	22,9	28,7
Extração de Petróleo	3,4	3,7	4,6	9,2	16,0
Demais	15,3	15,8	13,9	13,7	12,7
Construção Civil	7,8	7,6	7,5	7,1	6,2
Serviços de Utilidade Pública	2,6	2,8	2,7	2,7	2,7
Comércio	8,3	8,0	7,6	7,3	7,4
Transportes e Comunicações	7,2	8,0	8,6	10,5	10,2
Instituições Financeiras	4,3	5,0	4,5	4,3	3,6
Aluguel de Imóveis	14,8	15,2	15,2	14,4	12,5
Administração Pública	11,0	9,4	9,0	7,9	7,1
Prestação de Serviços	24,9	23,8	25,9	22,5	21,2
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: DIEESE (2002 *apud* NATAL, 2005). Obs.: A preços correntes.

Gráfico 1 – Variação anual do PIB no Estado do Rio de Janeiro 1990 - 2001



Fonte: CIDE, Anuário estatístico, 2001 e 2002 *apud* Oliveira (2003)

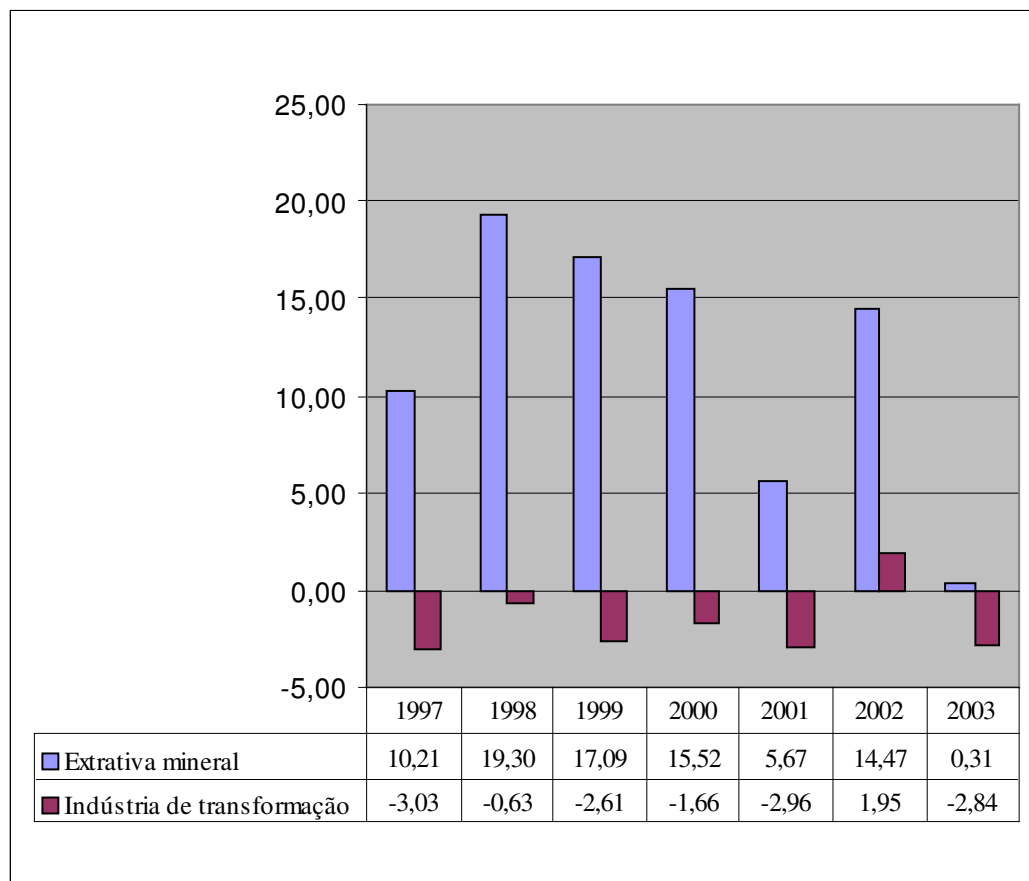
Na verdade, a percepção de que houve uma inflexão econômica no Estado do Rio de Janeiro a partir de fins dos anos 1990 não é tão clara assim. Alguns autores têm discutido a questão e até chegaram a algum consenso. Santos (2003), ao analisar o desempenho da economia fluminense no período entre 1985 e 1997, argumenta que não existem evidências que apontem para a superação da estagnação econômica do Estado no período abordado. Natal (2005), por outro lado, ao fazer uma análise mais profunda e mais atualizada da dinâmica das relações econômicas do Estado, defende a tese de que no período compreendido entre 1994 a 1997 houve alterações no quadro econômico do Estado que estabeleceram as bases para o período seguinte, o da inflexão econômica positiva, que se deu entre 1996 e 2002^{vi}. Já Dias (2004), por sua vez, meio que sintetiza as teses dos autores anteriores dizendo que enquanto a primeira metade da década de 1990, para a economia do Rio de Janeiro, foi de continuidade da crise vivida no decênio anterior, a segunda foi alteração da trajetória de “esvaziamento real”, embora não seja fácil periodizar precisamente quando o segundo movimento começa e o primeiro termina. Oliveira (2003), contudo, baseando-se no gráfico acima (gráfico 1), afirma que a inflexão positiva aconteceu ainda na primeira metade da década de 1990 bastante vinculada ao intenso crescimento das atividades extrativistas. Não obstante, só foi a partir da segunda metade da mencionada década que a economia fluminense confirmou que estava novamente propensa ao crescimento, ainda que apresentando índices oscilantes.

De qualquer maneira, o processo de recuperação econômica que se verifica no Estado do Rio de Janeiro nos últimos dez anos caracteriza-se por um aumento da participação do interior, inclusive de regiões historicamente marginalizadas do processo de desenvolvimento do Estado, como a Região Norte.

O advento das atividades de extração e produção de petróleo na Bacia de Campos, na década de 1970, setor de importância ímpar para a atual economia fluminense, permitiu não apenas a possibilidade de uma melhor inserção da Região Norte na dinâmica econômica do Estado neste início de século XXI, mas também impediu um aprofundamento maior da crise econômica do Rio de Janeiro e possibilitou seu processo de recuperação nos últimos anos. Isso porque as perspectivas de retomada do crescimento econômico do Estado têm se desenvolvido numa relação de alta dependência com este seguimento (SILVA NETO, 2006). Dados do CIDE (2004 *apud* SILVA NETO, 2006) mostram a participação de 34,4% das atividades das indústrias extrativista e de transformação no PIB do Estado do Rio de Janeiro no ano de 2003, sendo que a

indústria extrativista vem apresentando desempenho muito superior ao da indústria de transformação, conforme mostra o gráfico 2 abaixo:

Gráfico 2 – Comparação entre as taxas de crescimento da indústria extrativista mineral e da indústria de transformação do Estado do Rio de Janeiro, entre 1997 e 2003.



Fonte: CIDE (2004)

Além disso, a indústria petrolífera atua como grande impulsionadora de outras atividades produtivas em outras regiões do Estado, como a indústria naval e petroquímica.

Outra ponta da interiorização da economia fluminense está relacionada a superelevação dos *royalties* pagos pelas atividades de extração e produção de petróleo. A Lei 9.478/97, também conhecida como Lei do Petróleo, modificou a base de cálculo dos *royalties* repassados aos municípios confrontantes às bacias petrolíferas no Brasil e instituiu as participações especiais, o que, por si só, elevou de forma surpreendente as receitas de alguns municípios costeiros do Estado do Rio, dotando-os de incrível capacidade de financiamento de suas economias. Como se isso não bastasse, a mesma lei também quebrou o monopólio da Petrobras, ampliando os investimentos, desta vez estrangeiros, na Bacia de Campos, e, por extensão, aumentando mais ainda o

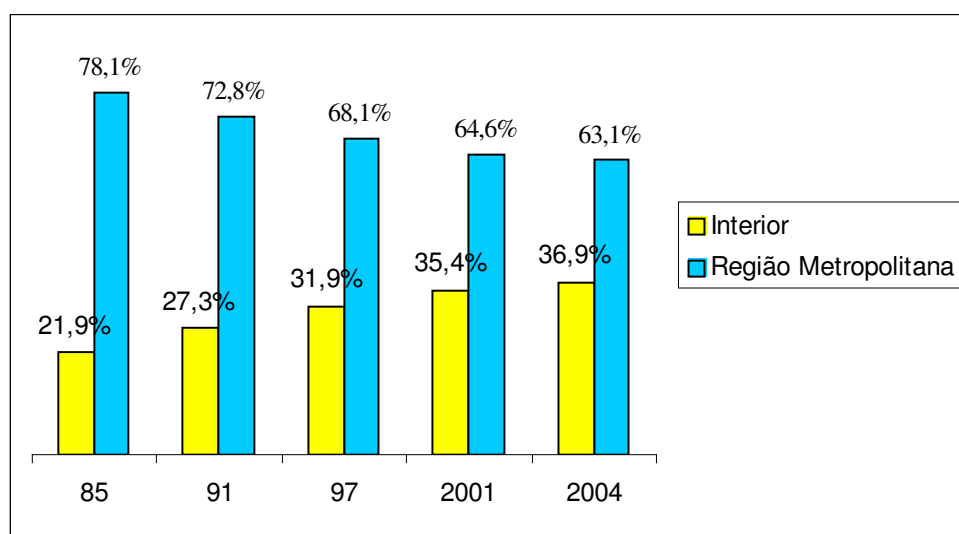
volume de royalties. Assim, municípios como Campos dos Goytacazes, Macaé, Rio das Ostras e Quissamã, de acordo com o IBGE, em meados dos anos 2000, estão entre os maiores PIBs do país^{vii}.

Uma prova de que são as “forças do atraso”, representadas pelo antigo Estado do Rio de Janeiro, justamente aquelas que têm promovido a saída para a crise fluminense e possibilitado inclusive uma dinamização da economia carioca pode ser encontrada na afirmação de Oliveira (2003, p.114): “em termos de estrutura industrial, por enquanto, a atividade extrativista tem gerado maior expectativa na Região Metropolitana do Rio de Janeiro [que inclui a capital], já que a maior parte da estrutura industrial e de serviços no Estado se localiza nela^{viii}”.

Embora tendo como “carro chefe” as atividades extrativistas, outros setores também apresentaram um dinamismo que contribuiu para o processo de interiorização da economia fluminense: os pólos metal-mecânico, siderúrgico e automobilístico no Médio Paraíba, e, em menor grau, a indústria Naval na Região da Costa Verde e a Indústria de Confecções na Região Serrana.

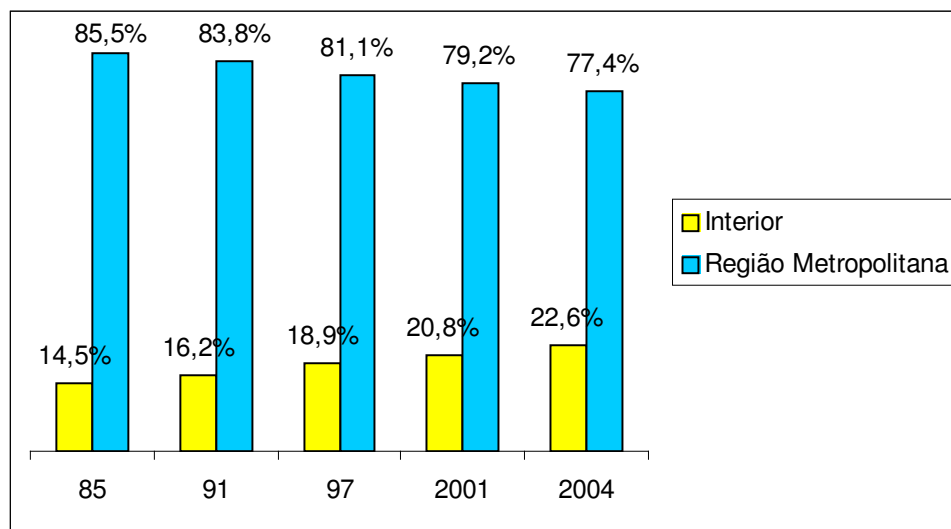
A tese da interiorização pode ser facilmente comprovada através de alguns indicadores que demonstram o aumento da participação do interior na composição da economia fluminense. Os gráficos e o quadro a seguir indicam um aumento da participação do interior tanto no número de estabelecimentos, quanto no número de empregos ao longo de quase 20 anos.

Gráfico 3 – Participação da Região Metropolitana e do interior no número de estabelecimentos, entre os anos de 1985 e 2004.



Fonte: Ministério do Trabalho – RAIS

Gráfico 4 – Participação da Região Metropolitana e do interior no número de empregos industriais, entre os anos de 1985 e 2004.



Fonte: Ministério do Trabalho – RAIS

Quadro 2 – Evolução do número de estabelecimentos segundo regiões de planejamento do Estado do Rio de Janeiro (dezembro de 1992 e 2001).

Região	Número de Estabelecimentos		Variação (99/01)	
	1992	2001	Nos. Abs.	(%)
Estado	152.401	207.442	55.041	36,1
Capital	88.171	109.430	21.25	24,1
Interior	64.230	98.012	33.782	52,6
Baixada	16.582	23.693	7.111	42,9
Centro-Norte	4.050	7.311	3.261	80,5
Leste	18.095	27.869	9.774	54,0
Noroeste	2.759	4.709	1.950	70,7
Norte	5.877	10.116	4.239	72,1
Serrana	8.432	11.350	2.918	34,6
Sul	8.435	12.964	4.529	53,7

Fonte: Ministério do Trabalho – RAIS *apud* Natal (2005).

Todavia, a recuperação econômica do Estado do Rio nos últimos anos não se deu apenas em virtude do aumento de dinamismo do interior. Tanto a capital quanto a Região Metropolitana receberam investimentos a partir de meados dos anos 1990. Natal (2005) nos lembra que durante a gestão César Maia na prefeitura do Rio de Janeiro, “um Carlos Lacerda (ex-Governador do Rio) meio fora de tempo e lugar parecia ter ‘baixado’ na cidade mais de trinta anos depois”. Ele se utiliza desta expressão para falar dos intensos investimentos em urbanização e infra-es-

trutura realizados na capital do Estado neste período com vistas à implementação do Plano Estratégico de Cidade do Rio de Janeiro. O objetivo destes investimentos era tornar o Rio (município e Estado) capaz de atrair investimentos, sobretudo, privados.

O início do Plano Real também trouxe importantes investimentos para a capital do Estado. Esta passou a sediar as agências dos serviços públicos privatizados, atraindo importantes receitas. Somados a isso, temos os substanciais investimentos na construção do parque gráfico de O Globo, os investimentos do segmento de telecomunicações e aqueles promovidos pelo capital privado, mas financiados com dinheiro público (BNDES^{ix}), como o caso da privatização da Ponte Rio-Niterói (NATAL, 2005).

5 – Superação da crise econômica, mas não das desigualdades espaciais

Historicamente, o Estado do Rio de Janeiro sempre apresentou um quadro de macrocefalia. Dados do IBGE apontam que enquanto 74,42% de toda a população do Estado viviam na Região Metropolitana no ano 2000, 40,71% viviam somente na capital. Segundo Oliveira (2003), esta forte disparidade é fruto do processo de industrialização ocorrido apenas na cidade do Rio de Janeiro, a partir dos anos 1940, devido ao seu peso político, e fora dela somente em lugares localizados ao longo dos eixos viários que ligam a cidade do Rio de Janeiro a São Paulo (BR 116 Sul, Rodovia Presidente Dutra e etc.) e Minas Gerais (BR 040, Rio-Juiz de Fora).

Já os municípios ao Norte, ainda na visão de Oliveira (2003), acabaram marginalizados no processo histórico de industrialização por não estarem localizados perto de rodovias com grande importância econômica para a cidade do Rio de Janeiro^x, além do fato de a BR 101, rodovia que liga o sul do Estado ao norte, antes da construção da Ponte Rio-Niterói, ter o seu trajeto interrompido pela Baía de Guanabara, aumentando a distância em cerca de 100 km entre a cidade do Rio de Janeiro e o Norte Fluminense. A tais municípios, desse modo, coube desenvolver apenas atividades agropecuárias, como a cana-de-açúcar, e fornecer insumos a Região Metropolitana do Estado.

Em virtude do exposto acima, é importante que se esteja atento para o tipo de desenvolvimento territorial que vem se configurando no Estado do Rio. Sabe-se que o atual processo de interiorização vem inserindo no curso do histórico de desenvolvimento do Estado regiões até então marginalizadas, como o Norte Fluminense. Ainda a este respeito, Natal (2005), afirma que apesar da reiteração do peso econômico dos municípios metropolitanos, o avanço da interiorização permitiu uma certa reconfiguração econômica do Estado, fortalecendo municípios com

importância mais regionalizada, casos de Cabo Frio e Angra dos Reis, e incluindo novos municípios que até então não se situavam entre os mais dinâmicos, caso de Macaé. Contudo, é importante salientar que a inclusão de regiões historicamente marginais não vem resultando na superação das grandes disparidades espaciais existentes no Estado, tanto que o próprio Natal (2005) afirma que a configuração espacial em formação no Estado está reiterando um processo de desconcentração concentrada, em que apenas seletivos municípios do interior fluminense, verdadeiras “ilhas de excelência”, para usar a terminologia do autor, apresentam grande dinamismo econômico e modernização tecnológica, enquanto seu entorno imediato, geralmente formado por pequenos municípios, continua tendo estruturas econômicas e produtivas atrasadas. Neste processo, as “ilhas de excelência”, na maioria das vezes um ou dois municípios por região, acabam exercendo uma centralidade não só em termos industriais, mas também em relação ao comércio e aos serviços especializados, polarizando os outros municípios a sua volta. É o que acontece, por exemplo, na Região Norte Fluminense com Campos dos Goytacazes (comércio e serviços) e Macaé (indústrias extrativistas); na Região do Médio Paraíba, com Volta Redonda (siderurgia), e, em menor escala, Resende e Porto Real (setor automobilístico); na Região Serrana com Petrópolis (turismo e informática) e Nova Friburgo (confecções); na Região das Baixadas Litorâneas com Cabo Frio (serviços, principalmente o turismo); e também na Região da Costa Verde com Angra dos Reis (setor naval e turismo).

Cabe destacar também, que apesar do processo de interiorização econômica do Estado ter diminuído um pouco a disparidade entre a Região Metropolitana e o interior, aquela ainda exerce grande centralidade econômica no Estado do Rio de Janeiro, mantendo as áreas extra-Metropolitanas numa posição ainda secundária em termos de concentração de riquezas (principalmente em relação a oferta de serviços) e de pessoas.

6 – Considerações Finais

A inflexão da economia fluminense ocorrida nos últimos anos, sustentada por vários trabalhos e também por este, está sendo ancorada na interiorização econômica do Estado e no aumento do número de investimentos na Região Metropolitana, em virtude da privatização dos serviços públicos federais adotada pela política do Plano Real. O fato da capital do Estado ter sido capital do Brasil por duzentos anos faz com esta cidade ainda hoje abrigue a sede de significativo número de empresas e de órgãos da autarquia federal.

O processo de interiorização, ocorrido no Estado do Rio de Janeiro, não é de exclusividade deste Estado, mas vem ocorrendo de maneira sistemática em vários outros pontos do país e até do mundo, em decorrência das alterações estruturais que sofreu o capitalismo pós-crise de 1970. A peculiaridade contida no processo de interiorização deste Estado reside na ascensão e na inclusão do Norte Fluminense no processo de desenvolvimento do Rio de Janeiro. O dinamismo desta região, contudo, fundamenta-se não na dependência e no fornecimento de produtos agropecuários e insumos para a Região Metropolitana, como historicamente sempre ocorreu, mas a partir do desenvolvimento de uma atividade, a petrolífera, que, invertendo a lógica, tornou a Região Metropolitana sua dependente.

Tudo isso, somado ao aumento do número de investimentos na rede urbana e de transportes do Estado está promovendo um aumento da integração do espaço territorial do Rio de Janeiro e da relação de interdependência entre a Região Metropolitana e o interior, desbancando o discurso das elites cariocas que, ao reacenderem recentemente o debate da “desfusão”, argumentam a inviabilidade histórica do Estado do Rio de Janeiro e pedem compensações ao governo federal por ter, o município do Rio de Janeiro, que arcar com o peso das “forças do atraso”, o antigo Estado do Rio de Janeiro, após a extinção do Estado da Guanabara e a fusão com o antigo Estado do Rio de Janeiro. Este artigo vem afirmar que é graças ao antigo Estado do Rio de Janeiro que o Rio de Janeiro (Estado e município-sede) está superando uma longa crise cíclica iniciada ainda no século XIX.

A retórica das elites cariocas, que avaliam a crise do Rio de Janeiro (município e Estado) a partir de uma ótica extremamente equivocada, através da concepção do dualismo estrutural, só escamoteia a incompetência destas mesmas elites em fazer o Rio de Janeiro (município e Estado) emergir da crise.

Certamente, a superação da crise do Rio de Janeiro passa pelo fortalecimento do interior. Nesse sentido, a superação do profundo quadro de desigualdade espacial existente no Esta-

do, havia vista a macrocefalia em torno da Região Metropolitana, é condição *sine qua non* para que isso aconteça. Por isso, faz-se necessário não apenas o aumento do dinamismo das regiões do Estado já dinamizadas, mas também incluir no seu processo de desenvolvimento regiões ainda marginalizadas, como o Noroeste Fluminense. Nem as atividades petrolíferas da Bacia de Campos nem os *royalties* pagos sobre estas atividades alcançam a região. O dinamismo do Norte Fluminense só aprofunda ainda mais a marginalização do Noroeste.

Outro desafio para a superação da crise do Estado do Rio de Janeiro é a diversificação econômica, inclusive da Região Metropolitana e da capital. A forte dependência da subvenção federal torna a economia do Estado extremamente vulnerável às modificações no plano nacional. Por isso, iniciativas com vistas a diversificação econômica devem ser incentivadas, embora se tenha em mente as dificuldades para sua implementação, já que vão de encontro a interesses de classe das elites regionais. Exemplo claro disso é o Norte Fluminense, cuja forte herança econômico-cultural ligada às atividades agrícolas e pouco modernizadas, com destaque para o setor sucro-alcooleiro, faz com que a região ainda enfrente grande resistência em relação a novas alternativas de diversificação econômica.

Referências

CENTRO DE INFORMAÇÕES E DADOS DO RIO DE JANEIRO. Anuário Estatístico de 2004. Disponível em <<http://www.cide.rj.gov.br>>. Acessado em 16 ago. 2006.

EVANGELISTA, H. de A. “A luta pela fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro. A luta pela des fusão no atual estado do Rio de Janeiro”. Revista Geo-paisagem (on line), s.l., n. 8, jul-dez. 2005. Disponível em <<http://www.feth.ggf.br/Luta.htm>>. Acessado em 28 ago. 2006.

MATTA, R. da. “Fusão, disfunção e des fusão”. O Globo. Rio de Janeiro, 4 maio 2005, p. 7.

NATAL, J. (Org.). O Estado do Rio de Janeiro pós-1995: dinâmica econômica, rede urbana e questão social. Rio de Janeiro: Publicati, 2005.

OLIVEIRA, F. G. de. Reestruturação produtiva e regionalização da economia no território fluminense. São Paulo, 2003. 231 p. Tese (Doutorado) – Geografia, Universidade de São Paulo (mimeo).

OSÓRIO, M. A crise do Rio e suas especificidades. Disponível em: http://www.ie.ufrj.br/publicacoes/serie_seminarios_de_pesquisa/tssp06_05_09.pdf ->. Acessado em 06 set 2006.

RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SÓCIAS. Disponível em <<http://www.mte.gov.br>>. Acessado em 24 ago 2006.

SANTOS, A. M. S. P. Economia, espaço e sociedade no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SILVA, R. D. da. Rio de Janeiro: crescimento, transformações e sua importância para a economia nacional (1930-2000). Campinas, 2004. 166p. Dissertação (Mestrado) – Desenvolvimento Econômico, Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas.

SILVA NETO, R. e. Indústria e desenvolvimento na região Norte Fluminense: crescimento econômico e o problema da extrema heterogenidade econômico-espacial no Estado do Rio de Janeiro. In. CARVALHO, A. M. de; TOTTI, M. E. F. (Orgs.). Formação histórica e econômica do Norte Fluminense. Rio de Janeiro: Garamond, 2006 p. 225-274.

- ⁱ Até mesmo dentro desta perspectiva agro-exportadora, pelo fato do Rio de Janeiro não ter uma agricultura voltada para o mercado externo e mal conseguir atender as demandas do mercado interno.
- ⁱⁱ O governo federal estimulava mais diretamente a economia fluminense, até mesmo como forma de fazer um “contra-ponto” favorável a este território (de extrema importância política), frente ao intenso dinamismo da economia paulista, que cada vez mais conquistava e consolidava espaços na economia nacional, que antes pertenciam ao Rio de Janeiro (Lessa, 2000 *apud* Osório da Silva, 2006).
- ⁱⁱⁱ O bom desempenho apresentado no início da década de 70, no conhecido “milagre econômico brasileiro”, mascararam em certa parte, os efeitos negativos trazidos pela mudança da capital. Sendo que, apesar deste clima de crescimento favorável, a cidade do Rio de Janeiro apresentou crescimento de industrial de 150%, enquanto que no Brasil como um todo, o crescimento fora de 300% (Osório, 2006). Além disso, os projetos do II Plano de Desenvolvimento Nacional (II PND) para o Rio de Janeiro, geraram muita expectativa e especulação, contribuindo também para uma certa “sobrevida” do Estado do Rio na década de 70 (Silva, 2004).
- ^{iv} Vale destacar que Natal (2005, p. 30) aponta que em 1939 a indústria fluminense detinha uma participação de 22% na indústria nacional, enquanto que a participação da indústria paulista já era de 46%.
- ^v Entende-se aqui Estado do Rio de Janeiro, para efeito de análise, o conjunto total do território fluminense, ou seja, o antigo Distrito Federal / Estado da Guanabara e o antigo Estado do Rio de Janeiro.
- ^{vi} A análise de Natal (2005), ao contrário da de Santos (2003), que se restringiu ao período 1985-1997, compreendeu o período desde o do “Rio de todas as crises” (1982-1994) até o ano de 2002.
- ^{vii} Em dezembro de 2006, o IBGE divulgou a sua pesquisa sobre o PIB dos municípios brasileiros incluindo estes municípios no topo do ranking que abrangia todos os municípios do país. Evidentemente, as economias destes municípios não estão entre as maiores do país. Os critérios do IBGE para o cálculo de PIB são bastante questionáveis. Seus dados são contestados pelos de vários outros institutos, como o CIDE. O IBG2E inclui as atividades de exploração e produção de petróleo no cálculo do PIB de todos os municípios que recebem *royalties*. Contudo, estes municípios não são impactados diretamente por estas atividades, a exceção de Macaé, que é, aliás, o único impactado e também onde se localiza o enclave petrolífero da Bacia de Campos.
- ^{viii} Com relação a este último, sobretudo o município do Rio de Janeiro.
- ^{ix} Estes investimentos foram financiados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.
- ^x Tanto o Espírito Santo, quanto o Nordeste, não se constituíam, até então, como mercados consumidores importantes e economias de peso, como SP e MG, que justificassem uma forte presença industrial.